

‘Todos devem ter acesso aos saberes acumulados’



escola, também passou a ser atribuição de um grupo social diferenciado – primeiro dos pedagogos, responsáveis pelo acompanhamento e ensino elementar; por mestres que ensinavam a leitura e escrita; por instrutores que cuidavam das práticas esportivas e musicais; etc. É preciso destacar, ainda, que os filhos das famílias abastadas freqüentavam aulas livres ministradas por sábios ou “amantes do saber” - *filio + sophos*.

JU – O senhor acha então que o legado desse modelo predomina ainda hoje?

Lombardi – Do ponto de vista teórico, sem dúvida. Se considerarmos que cada formação social e cada período histórico, da mesma forma que precisam produzir os bens necessários à sobrevivência de seus membros, também produzem as formas de organização social que são adequadas e as idéias que expressam o conjunto das relações estabelecidas pelos homens, chegaremos à conclusão que também a educação expressará essas relações e os interesses de classes diferenciadas. Neste sentido, a escola que cada sociedade vai ter, nos mais diferentes períodos históricos, é aquela adequada aos interesses de quem exerce o poder econômico e, por decorrência, político, social, ideológico...

Para encurtar conversa, já que teríamos que nos alongar muito seguindo o fio condutor da história, é preciso registrar que a escola que conhecemos é muito nova. Ela só começou a ser forjada no longo e contraditório processo de formação do capitalismo – e que também era a desagregação do feudalismo. A escola que surgiu desse processo foi a expressão de um movimento complexo e contraditório, das corporações de ofício às manufaturas; da Reforma à Contra-Reforma; do Renascimento à era das revoluções. Foi nesse longo período que começaram a se criar escolas diferenciadas para classes diferenciadas, organizadas em séries, com conteúdos disciplinarmente definidos, com regras claras e detalhadamente estabelecidas, com métodos de ensinar e aprender e, ainda, com meios e instrumentos facilitadores do ensino e aprendizagem, como o livro didático, por exemplo.

Foi no interior desse processo que o Brasil foi descoberto. E foi nesse contexto que se forjou a nossa educação. Para organizá-la foram trazidos para cá, como parte indiferenciada da empresa colonial, os jesuítas e que, como se sabe, foram um dos principais suportes do movimento da Contra-Reforma. Com os jesuítas organizou-se, então, uma educação destinada para as elites portuguesas e centralizada nos colégios jesuítas, e um trabalho missionário, mais catequético, mas que também era educativo e formativo nas normas, padrões e valores europeus, e que objetivava, como já disse, a europeização e cristianização da população nativa. Entretanto, não mais se fazia que adequá-la à empresa colonial portuguesa no Brasil e aos padrões mercantilistas que então imperavam.

Mas não há como fazer uma análise histórica exaustiva, somente exemplificar as linhas teóricas mais gerais que possibilitam o entendimento histórico de nossa educação.

JU – E o que constata a sua concepção teórica?

Lombardi – É, portanto, ideológica a expli-

cação que a revolução burguesa propiciou uma educação pública e gratuita, voltada à formação de todos os homens. Não foi isso o que ocorreu, pois da burguesia veio uma organização escolar dual, destinada a classes diferenciadas e que, preferencialmente, deveria ser paga, como qualquer outro serviço ou mercadoria.

Somente com os avanços das lutas do proletariado, no interior das quais essa classe passou a combater e a se contrapor à violenta espoliação a que era submetida, é que surgiram reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida, etc, e também de educação como um direito do cidadão.

JU – Quando exatamente foi deflagrado esse processo?

Lombardi – Não há um momento exato, mas trata-se de um processo que se deu no contexto das transformações que acompanharam a chamada Revolução Industrial. Na Revolução Francesa, entendida como expressão política desse processo, a classe trabalhadora aparece reivindicando uma escola pública, obrigatória, gratuita e que, independentemente da condição econômica, fosse indistintamente ofertada a todos. Ao contrário da escola dual, reivindicava-se uma escola unitária, superadora das diferenças sociais. Na Revolução essa reivindicação tomou corpo e foi apresentada sob a forma de projeto. Mais precisamente, como um dos projetos constituintes apresentados na reordenação política burguesa.

JU – Em que medida essas reivindicações foram atendidas?

Lombardi – Foram atendidas na medida em que coincidiam com os interesses da burguesia, ou na medida em que avançou a luta e a organização do proletariado. Ao longo do século XIX, juntamente com todos os acelerados processos de transformação econômica, sociais e políticas, também foram sendo organizados sistemas escolares nacionais. A estrutura escolar continuou definida em três níveis diferentes de ensino – básico, médio e superior – com uma organização seriada e uma grade curricular composta pelas chamadas disciplinas científicas e literárias.

Estava assegurado, assim, o sistema educacional com a forma de organização e de conteúdo que conhecemos. Foi essa a grande revolução na educação que tivemos.

JU – Quais foram as maiores mudanças registradas de lá para cá?

Lombardi – Penso que a mais relevante é a educação ter se tornado crescentemente acessível a toda a população. Pode parecer óbvio aos educadores a ampliação da oferta educacional; gostaria de destacar, entretanto, que mesmo com toda essa expansão, manteve-se vigente a oferta de educação diferente para atender situações sociais diferenciadas. A escola que se volta à formação da elite, friso novamente, não é a mesma que se volta à formação do trabalhador. Os sistemas nacionais de educação não foram criados para eliminar essa divisão, mas no interior deles convivem dois, ou mais tipos de escola, cada qual destinado ao atendimento de classes diferentes. A divisão entre escola pública e privada é somente uma expressão dessa diferença que, rigorosamente, nada mais faz que reproduzir a desigualdade entre as classes sociais.

JU – Pode servir de instrumento de dominação.

Lombardi – É exatamente essa idéia que estou tentando expressar. A educação não é um modelo abstrato que paira sobre a sociedade, mas uma dimensão concreta da vida social e que se modela em conformidade com as condições de existência dessa mesma sociedade. Uma sociedade profundamente dividida em classes, só pode ter uma educação profundamente dividida e voltada a atender de forma diferente a essas diferentes classes. Numa sociedade regida pela dominação, a escola só pode cumprir o papel de reprodutora ideológica da dominação.

JU – Como o senhor analisa as ingerências mercadológicas nesse âmbito?

Lombardi – No âmbito da teorização burguesa, o atendimento escolar sempre apareceu como um serviço que, preferencialmente, deveria ser pago. Não há pois nada a estranhar que quanto mais cresce, na sociedade burguesa, o processo de mercantilização de todas as coisas – que hoje se dá em escala mundial – também a educação crescentemente acompanhe esse processo. A mercantilização favoreceu um recuo nas conquistas sociais e, com isso, foi sendo deixado de lado a concepção que a coloca como um direito; gradativamente, seu lugar foi ocupado por uma mercadorização dos serviços sociais. De direito do cidadão, as políticas sociais passaram a ser tomadas como *serviços ao cidadão*. O entendimento é que cada qual deve pagar o justo valor pelo tipo e qualidade de educação que quer receber. Ora, uma educação de alto nível deve ser paga com valor compatível com essa qualidade... O inverso é igualmente verdadeiro.

Quando pensamos no processo recente de transformação da educação, constatamos que esse processo está perdendo aquela vestimenta fantástica que o colocava como um setor primordial à formação de todos os indivíduos na sociedade. A escola passa a ser concebida como qualquer outra mercadoria. É como estar no supermercado – lá encontramos produtos para quaisquer bolsos. E certamente a mercadoria procurada não é o conhecimento, mas a expressão material da escolarização: o diploma.

Não podemos esquecer que, entre outros assuntos, essa é uma das questões analisadas pela Organização Mundial do Comércio: o desbloqueio da educação como reserva de mercado, devendo ser considerada como um serviço que deve ficar livre de restrições por parte dos Estados nacionais. Busca-se regulamentar o que já está ocorrendo na prática: a disponibilização do serviço educacional independentemente de fronteiras, estas devem estar abertas e liberadas para que aqui, ali ou acolá possamos ter instituições americanas, japonesas, europeias, independentes de entraves de qualquer natureza. O discurso é muito claro: a educação é uma mercadoria e as portas do comércio educacional deverão estar sempre abertas para aqueles que se dispuserem a investir nessa área. É o discurso do livre-mercado, também educacional.

JU – A tecnologia introduziu novas ferramentas no campo pedagógico, entre as quais a educação a distância e as múltiplas oportunidades oferecidas pela internet. Que tipo de benefícios essas novidades podem oferecer? Elas têm força suficiente para mudar paradigmas?

Lombardi – Vamos desmontar a conversa. A educação se utiliza dos instrumentos que são adequados e disponíveis na sociedade, em conformidade com condições historicamente dadas. Uma comunidade na qual o principal meio de transmissão de saberes é a linguagem oral, a educação só poderá estar estruturada na oralidade. Numa sociedade que tem, além da oralidade, o registro escrito, a educação, além de pautar-se pela oralidade, vai utilizar-se desse instrumento de manutenção e de registro de saberes importantes para aquela sociedade. Uma sociedade em que a escrita, para além dos pergaminhos e dos manuscritos, desenvolveu a imprensa como forma de registro desses conhecimentos – e a imprensa possibilitou a invenção do livro – terá na leitura – dos livros – a sua dimensão fundamental, o seu instrumento básico de trabalho.

Vejo que uma sociedade que desenvolveu, para além dos livros, novos instrumentos para o registro e socialização dos saberes historicamente acumulados, de uma forma ou de outra ela irá se utilizar desses instrumentos.

Penso que as chamadas “novas” tecnologias de comunicação, resultantes dos avanços da informática e da eletrônica, além de poderosos instrumentos que possibilitam acelerar a criação e o processamento dos saberes, também estão abrindo as portas para

“Penso que as chamadas novas tecnologias de comunicação estão abrindo portas para uma revolução sem precedentes na socialização dos saberes”

uma revolução sem precedentes na socialização desses mesmos saberes.

JU – Como fica o presencial nesse cenário?

Lombardi – A escolarização ainda é centrada no presencial, mas gradativamente nós estamos vendo penetrar muito forte e aceleradamente a educação a distância. Acho que, daqui para frente, teremos um uso cada vez mais intensivo da informática e dos meios de comunicação a distância no processo educa-

cional. Com isso, não estou dizendo que as antigas formas serão ser eliminadas, pois o uso da informática necessariamente não quer dizer que deixaremos o livro de lado. É difícil traçar cenários para isso, mas certamente a educação está sofrendo um revolução sem precedentes.

JU – Como o senhor analisa o papel desempenhado pela universidade hoje?

Lombardi – Você vai se surpreender com a minha resposta... Eu acho que a universidade que temos cumpre o seu papel. Cumpre e cumpre muito bem, levando-se em conta que a sociedade gera as instituições que lhe são adequadas. Entre essas instituições, se coloca a escola e, no nosso âmbito, a universidade. Portanto, a universidade que temos é perfeitamente adequada a essa sociedade. É outra questão saber se a universidade cumpre o propalado papel que ela tem de desenvolvedora de ciência, tecnologia e de recursos humanos. Também nesse caso, a minha resposta vai te surpreender. Por quê? Porque não passa de ideologização a atribuição desse papel à universidade.

JU – Qual seria então esse papel?

Lombardi – O centro de controle da sociedade burguesa está na empresa capitalista, que concebe a ciência e a tecnologia como fatores fundamentais ao desenvolvimento das forças produtivas. Ora, sendo o conhecimento, a ciência, a principal força impulsionadora do desenvolvimento, ele só pode ser considerado e tratado como *capital*. Portanto, o grande centro gerador de conhecimentos, de tecnologia, só pode estar em instituições diretamente controladas pelas grandes empresas. Tal qual tem ocorrido com o próprio capital, com suas fontes vitais de matérias primas e energia, com a vendagem das mercadorias, se realmente o desenvolvimento científico e tecnológico é fundamental ao desenvolvimento ampliado do capital, então esse desenvolvimento terá que ser gestado e controlado diretamente pelo próprio capital, e isso de maneira crescentemente monopolizada. Portanto, pressupor que compete à universidade o papel de gerar e produzir novos e fundamentais conhecimentos, é atribuir a ela um papel que rigorosamente o capital não abrirá mão para que ela o tenha.

Historicamente, em determinadas situações nacionais a universidade foi chamada a cooperar com esse processo de desenvolvimento, produzindo ciência e tecnologia. Foi o que se deu no século XIX com a universidade alemã e, mais recentemente, com a universidade norte-americana. Mas como a universidade brasileira surgiu muito tardiamente, o papel dessa instituição já tinha se transformado; não mais se exigia dela o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, já sob o controle do capital monopolístico. As universidades aparecem, historicamente, com um papel meramente coadjuvante.

A universidade também tem sido responsabilizada pela qualificação profissional. Penso que sequer esse é um papel que cabe à universidade: qualificar força de trabalho necessária ao desenvolvimento. Permita-me uma provocação: qual a qualificação pretendida por uma sociedade que se pauta na simplificação da produção, crescentemente baseada em máquinas cada vez mais automatizadas? Embora o processo técnico e o controle da produção estejam cada vez mais complexos, processos sobre os quais o capital detém controle monopolístico, contando com uma tecnoburocracia eficaz, o processo em curso é de simplificação da produção, simplificação do trabalho. O que está na mesa de discussão não é a qualificação, mas a desqualificação do trabalhador.

A exigência é por profissionais com níveis crescentes de escolaridade, para o exercício de atividades cada vez mais simples e rotineiras. Nesse sentido, não passa de ideologização a exigência para que a instituição escolar prepare para o trabalho, ou que a educação seja responsabilizada pelo desenvolvimento de nação. Flexibilização não passa de ideologização de simplificação.